


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 31 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1006474-29.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Locação de Imóvel**  
Requerente: Conceição Aparecida Maltez Gramulha  
Requerido: Rodrigo Belmonte Calfá

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

CONCEIÇÃO APARECIDA MALTEZ GRAMULHA, qualificada nos autos, promove contra RODRIGO BELMONTE CALFÁ a presente ação ordinária alegando, em resumo, que celebrou com o requerido contrato de locação do imóvel que descreve; que o requerido devolveu o imóvel antes do término do prazo do contrato de locação; que o requerido encontra-se em débito com os aluguéis e encargos que menciona, não satisfeitos; que o requerido comprometeu-se a efetuar reparos no veículo da requerida, mas não obteve êxito; que o requerido deve ser condenado no pagamento dos aluguéis e encargos que menciona. Pede a procedência da ação para esses fins.

O requerido, regularmente citado, não apresentou contestação (págs. 38).

É o relatório.

**1006474-29.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial procede em parte.

Com efeito, a ausência de contestação por parte do requerido faz presumir como verdadeiros os fatos alegados pela autora em seu pedido inicial (art. 344 C.P.C.).

A autora, por sua vez, instruiu o pedido adequadamente fazendo prova do que alega com os documentos de págs. 11/23.

É certo, ainda, que os valores reclamados não foram satisfeitos oportunamente o que torna justa e legítima a pretensão da autora.

No que concerne às despesas descritas às págs. 32/33, estas somente poderão ser objeto de discussão em ação própria.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para condenar o requerido no pagamento das despesas descritas às págs. 12, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária a partir do ajuizamento do pedido, mediante simples cálculo aritmético.

O requerido arcará, ainda, com o pagamento das custas processuais e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final do débito.

Intime-se.

Araraquara, 4 de setembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito